TL 2018

CNRM-FALINTIL
CARTA DE XANANA GUSMÃO

Mui queridos amigos de Timor-Leste

Não está assim muito fora do tempo, desejarmos a todos os presentes um Ano Novo cheio de prosperidades e, como representantes dos grupos de solidariedade europeus, que neste ano os nossos esforços possam reforçar na Europa uma mais consolidada convicção de que não haverá solução justa se ela não reflectir a vontade de considerar a essência do problema de Timor-Leste.

Há cerca de 3 semanas, decorreu em Genebra, o Encontro entre os ministros Durão Barroso e Ali Alatas, sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU.

As análises previam avanços substantivos para o dia ... de Janeiro, mais ainda quando todos nos congratulávamos com o Relatório do Rapporteur Especial da ONU sobre o massacre de Santa Cruz, Relatório que, estimava-se, iria abalar a posição de Jacarta. Contudo, o parágrafo 3 do comunicado da ONU decepcionou-nos de certa forma. Mas acreditamos na integridade do Secretário-Geral da ONU que, para cima de tudo tem como princípio que as suas funções lhe incumbem defender os princípios universais que são a própria missão da ONU.

Reparamos assim que Jacarta sentem reforçada a ideia de que continua a poder impor os seus pontos de vista. Foi realmente lamentável que se tivesse fixado a condição tão claramente explícita de não se discutir sobre o estatuto político do território. Contudo, aceitamos que, estando o Secretário-Geral da ONU mandatado para tratar do problema, juntamente com os dois Estados directamente interessados, Portugal como a potência administrante do território e a Indonésia como a potência invasora e ocupacionista, não caberia muito a nós, timorenses, entender resolver "sózinhos" a questão, nesse primeiro encontro à sombra das Nações Unidas.

Tudo leva a crer que está assim aberta a oportunidade para os timorenses esvaziarem as ideias que trazem, enquanto escondem os objectivos. Como primeiro passo, realmente positivo, em sequência dos valiosos esforços do Secretário-Geral da ONU, nós continuamos a considerar que está entregue ao mandatário das Nações Unidas a autoridade plena de promover iniciativas, em ordem a desbloquear o processo, retardado apenas pela inflexibilidade de Jacarta.

A redacção do parágrafo 3 do comunicado da ONU, claro no seu todo, permitiu a Jacarta considerar que o encontro previsto entre os timorenses se reduza ao conceito e ao consenso da reconciliação de Londres. A resistência timorense terá que pesar devidamente o sentido especulativo que Ali Alatas promove sobre esse encontro.

Entretanto, continuamos a defender energicamente a participação de D. Ximenes Belo, sem a qual não vemos muitas probabilidades de que se possa avançar algo em matéria de ideias que reflictam o mais importante: a situação no interior do território.

Nós continuamos a dar todo o nosso apoio aos esforços desenvolvidos e a desenvolver pelo Secretário-Geral da ONU e estamos decididos a responder ao seu apelo de evitar situações que dificultem o prosseguimento do diálogo.

Mas queremos tornar aqui claro que rejeitamos que esse encontro venha a significar apenas o nosso como que aval ao espírito de reconciliação de Londres. Jacarta não pode esperar que a Resistência Timorense se reconcilie com a facção pró-integracionista no contexto de que se trata de uma guerra ou de diferenças entre timorenses e que a essência do problema de Timor-Leste resida no facto de alguns timorenses se oporem à integração.

Jacarta é quem deve reconciliar-se com os princípios universais e o direito internacional que violou ao invadir e ocupar militarmente o território.

A resistência timorense já fez as concessões necessárias e justas, salvaguardando até a própria imagem da Indonésia ao proporcionar-lhe a oportunidade de, em igualdade de condições, provar em actos honestos e sob a supervisão da comunidade internacional, a realidade política em Timor-Leste.

Se Jacarta afirma que, comparativamente, à acção de 29 jovens timorenses, houve uma concentração de milhares de funcionários públicos, para celebrar o dia do funcionalismo público da Indonésia, a apoiar a integração;

Se Jacarta mostra imagens de "maciça" concentração da população saudando Harmoko, como prova desse apoio dessa escolha, qual então a razão de recear por um referendo sob a supervisão internacional? Se Jacarta sabe e afirma que a guerrilha está reduzida a umas dezenas de desarmados, que até nem têm a simpatia do povo, qual a razão de não aceitar que se faça um plebiscito?

Ali Alatas tenta persuadir a opinião pública de que a Indonésia aceitara uma determinada proposta do simpático Perez de Cuellar e que Portugal, em não aceitando, foi quem não desejava solucionar o problema. Esqueceu-se Ali Alatas de que as resoluções da Assembleia-Geral e do Conselho de Segurança da ONU, de Dezembro de 1975, exigiam a retirada imediata, total e incondicional das forças invasoras indonésias e apelavam a todos os países que respeitassem o direito de Timor-Leste na auto-determinação e independência nacional e reconheciam Portugal como a potência administrante do território.

Teremos que lembrar constantemente aos centros do poder que a substância do problema reside na violação do direito internacional. Teremos também que continuar a lembrar a Jacarta o estatuto jurídico político que contempla Timor-Leste na ONU e perante a Comunidade internacional.

Outro elemento importante foi o formidável Relatório do Raporteur Especial da ONU sobre o massacre de Santa Cruz. Saudamos a integridade, a seriedade e a reconhecida capacidade do Sr. Bacre Waly Ndiaye, num tempo em que peritos de Direitos Humanos fazem coro à afirmação do assassino Suharto de que mandou matar tanta gente em Timor-Leste por causa dos Direitos Humanos.

Este relatório constitui a primeira peça documental sobre a matéria da violação dos Direitos Humanos em Timor-Leste. Mas apenas faz luz sobre um dos mais recentes actos de barbaridade da Indonésia. Este relatório deixa muitas perguntas no ar, a pedir resposta.

Apelamos, assim, à ONU para que dê prosseguimento a investigações deste género, porque mais de duzentos mil timorenses perderam a vida na guerra de ocupação imposta pelos generais de Jacarta.

Centenas de locais, espalhados por todo o território, continuam as testemunhas mudas e nunca ouvidas de massacres de timorenses. A Comissão dos Direitos Humanos da ONU deve continuar a exigir de Jacarta que aceite a investigação completa, livre e independente da violação dos Direitos Humanos em Timor-Leste, pela ONU ou por organizações independentes internacionais.

Para terminar, não posso deixar de agradecer, em nome do martirizado Povo Maubere, a dedicação e os esforços desenvolvidos pela solidariedade internacional pela nossa justa causa. Um eterno obrigado do Povo Maubere.

A LUTA CONTINUA EM TODAS AS FRENTES!

RESISTIR É VENCER!

Kay Rala Xanana Gusmão

Membro do CNRM e Cmdt das Falintil

Prisão de Cipinang, 22 de Janeiro de 1995